

estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no quilombo Cafundó – SP – Brasil

Lucas Bento da Silva

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
e-mail: lu_silva_8@hotmail.com

Marcelo Rodrigues Mendonça

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
e-mail: ufgmendonca@gmail.com

Resumo

Este estudo tem como objetivo a contextualização da luta pela terra, tomando como referência a estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó, localizado no Estado de São Paulo, Brasil. Referimos também a formação do Cafundó e a alguns órgãos responsáveis pelas políticas públicas no quilombo e os conflitos das ações no desenvolvimento das titulações. Finalizamos com a estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó, que atualmente é dividido por quatro áreas que estão dentro do reconhecimento e demarcação do território do quilombo.

Palavras-chave: Estrutura agrária; quilombo Cafundó; disputa territorial; conflito por terra.

Agrarian structure and the dynamics of the territorial dispute in the Quilombo Cafundó – SP – Brazil

Abstract

This study aims to contextualize the struggle for land, taking as reference the agrarian structure and the dynamics of territorial dispute in Quilombo Cafundó, located in the State of São Paulo, Brazil. We also refer to the formation of the Cafundó and some bodies responsible for public policies in the quilombo and the conflicts of actions in the development of titles. We conclude with the agrarian structure and the dynamics of the territorial dispute in Quilombo Cafundó, which is currently divided by four areas that are within the recognition and demarcation of the quilombo territory.

Keywords: Agrarian structure; quilombo Cafundó; territorial dispute; conflict over land.

Estructura agraria y dinámica de disputa territorial en Quilombo Cafundó – SP – Brasil

Resumen

Este estudio tiene como objetivo contextualizar la lucha por la tierra, tomando como referencia la estructura agraria y la dinámica de la disputa territorial en Quilombo Cafundó, ubicado en el Estado de São Paulo, Brasil. También nos referimos a la formación del Cafundó y algunos organismos responsables de las políticas públicas en el quilombo y los conflictos de acciones en el desarrollo de títulos. Concluimos con la estructura agraria y la dinámica de la disputa territorial en Quilombo Cafundó, que actualmente está dividida en cuatro áreas que están dentro del reconocimiento y demarcación del territorio quilombo.

Palabras clave: Estructura agraria; quilombo Cafundó; conflicto territorial; conflicto sobre la tierra.

Introdução

O debate sobre o que é quilombo, no espaço geográfico latinoamericano, é necessário para compreender as contradições da colonialidade do poder, retratada por Aníbal Quijano (2005) como dependência histórica-estrutural. O que implica considerar as estruturas de dominação produzidas e reproduzidas ao longo dos últimos séculos na América Latina, que, por sua vez, têm contribuído para desconsiderar a história, a cultura e a luta de “determinados grupos étnicos que, desde el punto de vista eurocéntrico, han sido y son considerados inferiores e incapaces de participar efectivamente en el conjunto de la sociedad” (ACHINTE, 2010, p. 197). Essas estruturas de dominação também contribuem com a dessemelhança da formação socioespacial das comunidades negras rurais na diáspora africana, por exemplo, no Brasil, como no Cafundó.

As ações contra o Quilombo Cafundó por agentes do Estado e empreendedores, podemos constatar a expropriação de terras no Brasil de forma violenta contra a população negra e indígena. Portanto, “a noção de intencionalidade permite uma releitura crítica das relações entre objetos e ação” (SANTOS, 2006, p. 89). É de fundamental importância conhecer o histórico da área estudada para uma compreensão da complexidade atual da questão agrária no século XXI bem como dos grupos envolvidos.

A escravidão penetrou cada um dos aspectos da vida brasileira. Além de movimentarem engenhos, fazendas, minas, cidades, plantações, fábricas, cozinhas e salões, os escravizados da África e seus descendentes imprimiram marcas próprias sobre vários outros aspectos da cultura material e espiritual deste país, sua agricultura culinária, religião, línguas, músicas, artes e arquitetura (REIS; GOMES, 1996, p. 60).

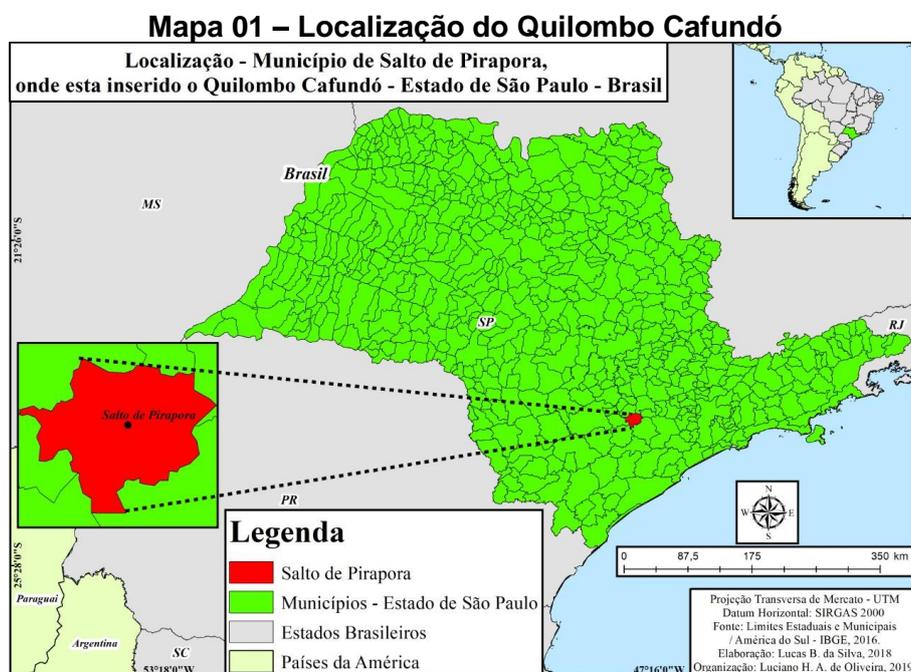
Portanto, o Cafundó também tem sua característica própria no conjunto da formação dos territórios quilombolas no espaço brasileiro, caribenho e latino-americano, tais características apresentam-se nos aspectos material e imaterial da sua cultura, na religiosidade, na agricultura ancestral, língua, arquitetura e na arte que refletiram na formação da sociedade Brasil. Assim, é só observamos ao nosso redor que veremos as diversidades religiosa e culinária.

A formação geo-histórica do Quilombo Cafundó iniciou-se com a doação das terras, em meados do século XIX, de Joaquim Manuel de Oliveira a Joaquim Congo¹, trazido da

¹ Recebeu o nome de seu senhor acrescido de Congo no final, referência ao seu lugar de origem na África, prática comum no período da escravidão.

África para o Brasil como escravizado em 1840, aos doze anos de idade, para trabalhar na fazenda de Joaquim Oliveira. Tais doações eram “reservadas para alguns escravizados eleitos do senhor, no medo que o senhor tinha de pagar numa outra vida os sofrimentos infligidos aos escravizados nesta, na compra de indulgências por parte da escravizada na cozinha, ou até mesmo na cama do senhor” (VOGT; FRY, 1996, p. 69).

Nesta colocação de Vogt e Fry sobre as doações, percebemos o quanto a ideologia de submissão e racismo contra as mulheres escravizadas foram se materializando no espaço geográfico brasileiro, segundo Pietro Basso, “as teorias racistas têm suas raízes na ideologia da escravidão” (BASSO, 2000, p. 23), como veremos no desenrolar da pesquisa. O Cafundó está localizado na região de Sorocaba, sudoeste do estado de São Paulo, município Salto de Pirapora. No mapa 1, localiza o município que o Quilombo Cafundó materializa suas relações com o território étnico.



Neste contexto, a extensão do território de Salto é de 281 km², o tipo de vegetação é Mata Atlântica e o Salto de Pirapora é banhado pelo Rio Pirapora, de onde se originou o nome da cidade. Na linguagem “Tupi Guarani, Pirapora quer dizer Salto de Peixe”. Atualmente 40 famílias se encontram no Cafundó.

Procedimentos metodológicos da pesquisa

A pesquisa buscou a compreensão das dinâmicas da estrutura agrária e da disputa territorial no Quilombo Cafundó, a partir da metodologia utilizada, por exemplo, o método

fenomenológico-hermenêutico² como o analítico-dialético³, que foram importantes na organização das perguntas do questionário e na organização do pensamento utilizado na construção deste trabalho, no sentido da sistematização da intencionalidade dos fatos e das dinâmicas das produções, tendo como base:

- As coletas de dados da Comissão Pastoral da Terra- CPT, do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária; No Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP; No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e na Fundação Cultural Palmares – FCP;
- Na Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ; Na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República – SEPPIR e nos movimentos sociais do campo.

As atividades práticas como as revisões bibliográficas; o trabalho de campo na área de estudo; levantamentos dos dados juntos aos órgãos que desenvolvem atividades nas comunidades negras rurais; entrevistas, fotografia, construção de mapa e etc.

Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Cafundó

Diante dessa situação, centramos agora na estrutura agrária e na disputa territorial na dinâmica da territorialidade no Quilombo, partindo do século XX. E, em especial, destacamos a grilagem sistemática de terras no Cafundó - muito presente, principalmente, a partir de 1960 - que esteve associado ao desenvolvimento desigual do capitalismo e ao processo de espoliação de terras que já estava ocorrendo no município de Salto há algumas décadas antes de 1960.

Os solos predominantes no território estudado são argissolos vermelho-amarelos, antigo podzólico vermelho-amarelo, com distróficos a moderado e textura arenosa/média e relevo ondulado. Há também o latossolos vermelho-amarelos, com distróficos e textura média mais neossolos quartzênicos órticos, que distróficos ambos a moderado e relevo suave ondulado. A (Foto 1) mostra a textura e acúmulo na análise do solo no Cafundó.

² O método fenomenológico-hermenêutico contém a redução fenomenológico e a intencionalidade, indo além do subjetivismo através da consciência (SPOSITO, 2004, p. 38 a 39).

³ O método dialético é aquele que “procede pela refutação das opiniões de senso comum, levando-se à contradição, para chegar então à verdade, fruto da razão”. (SPOSITO, 2004, p. 39).

Figura 01 - Análise do solo no Quilombo Cafundó

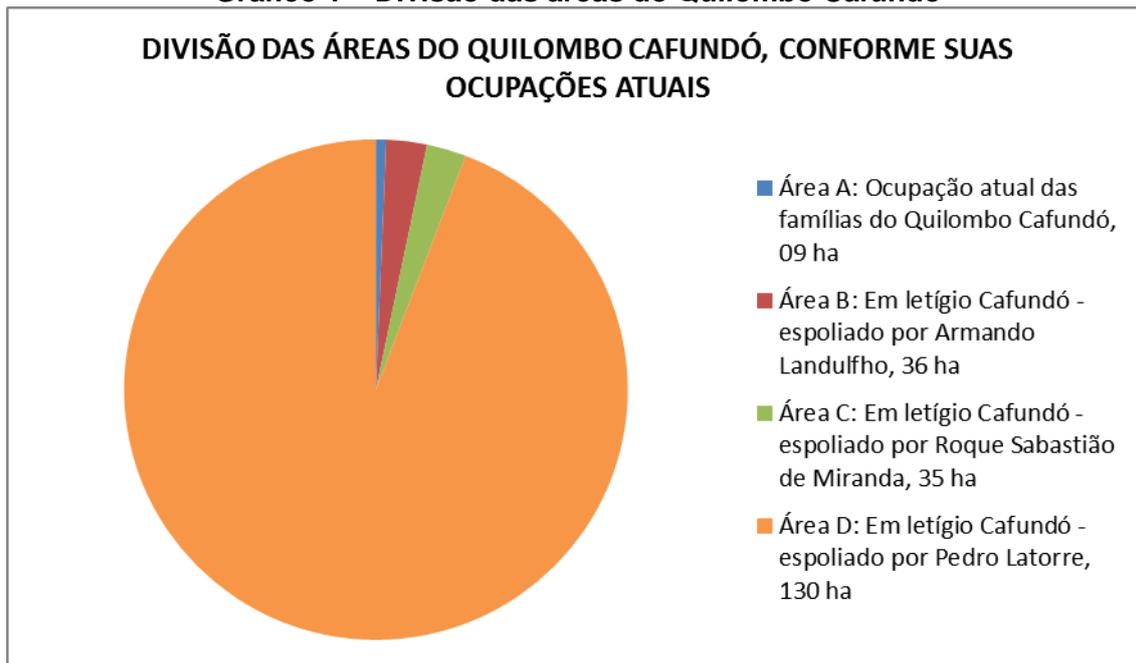
Fonte: André L. Gomes, 2018.

Os argissolos, por apresentarem em geral textura média ou arenosa em superfície e baixa atividade da fração argila, são facilmente preparados para o plantio. [...] são, na sua maioria, solos muito profundos, isto é, não apresentam qualquer impedimento físico à penetração radicular pelo menos até 200 cm de profundidade. (OLIVEIRA, 1999, p. 11).

Portanto, na área estudada, “as topossequências apresentam Latossolos Vermelho-Amarelos nas partes mais altas com relevo Suave Ondulado e Moderadamente Ondulado seguidos de Argissolos nas partes declivosas (relevo ondulado)” (MIKLOS; GOMES, 2014, p. 33). Assim, na medida em que a “declividade se acentua os solos ficam mais rasos, especialmente o horizonte A (Neossolos Litólicos), chegando a ocorrer o afloramento do arenito como será mostrado na Área C”⁴.

O território atual ocupado pelos quilombolas do Cafundó compreende a área Total de 210 ha. Esse total está dividido em quatro áreas, são elas: a área A cuja extensão é de 09 ha; área B com 36 ha; área C com 35 ha e a área D com 130 ha, conforme aparece no Gráfico 1.

⁴ INCRA, Processo Administrativo nº 54190.002551/2004-89 (Reconhecimento, Demarcação e Titulação do Território pertencente à Comunidade Remanescente de Quilombo Cafundó), Laudo de Vistoria e Avaliação de Imóvel Rural do Território da Comunidade Quilombola do Cafundó, 2011, p. 39.

Gráfico 1 – Divisão das áreas do Quilombo Cafundó

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP e ITESP, 2018.

As famílias do Quilombo Cafundó estão concentradas na área A e a territorialidade da formação do território com as atuais famílias localizadas no Quilombo são provenientes de casamentos entre famílias do Quilombo Caxambu com as do Quilombo Cafundó, como sobre a formação histórica do Quilombo Cafundó. Os dois quilombos eram próximos e no mesmo município.

A história de vida das famílias quilombolas do Cafundó está inserida no conjunto de luta, conflito, disputa e desafio para manter uma parcela do que restou da espoliação sistemática do território. Segundo Alex Aguiar Pires (morador do quilombo) “a história de vida nossa, desde quando criança, eu escutava os mais velhos dizer que a luta nunca vai cessar, porque aqui no Cafundó temos muitos recursos e em quanto eles não ver o fim, eles não vão paralisar de agredir e matar nossa gente”⁵. Analisando a fala do Alex, percebemos que a disputa territorial no Cafundó sempre foi um fato constante na territorialidade da vida das famílias do Quilombo.

⁵ Depoimento oral concedido por, Alex Aguiar Pires, Quilombo Cafundó, integrante do grupo de jovens do Cafundó – 08/11/2015.

Figura 02 - Área A, habitação das famílias quilombolas do Cafundó.

Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2018).

Na foto acima da área A do Quilombo Cafundó podemos observar a declividade que há na área e as casas das famílias. Segundo equipe técnica do INCRA – SP, as categorias que determinam esse relevo são “plano, suave ondulado, moderadamente ondulado, ondulado, forte ondulado e forte ondulado”, conforme está representado no Quadro 1.

Quadro 1 - Classes de declividades da área A do Quilombo Cafundó

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0%	15,14%	29,62%	10,25%	3,85%	41,14%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

Essa área foi fruto de um processo de conflitos marcados pela disputa territorial e pela violência. A questão agrária e a questão racial são fatos que estiveram e estão presentes na sistemática espoliação das terras do Cafundó, que estão inseridas numa estrutura do não reconhecimento da posse. Segundo Marcos Norberto Almeida⁶, “por nós ser negros e pobres”, tal contexto é reflexo de um processo histórico nacional de profunda concentração fundiária no poder da elite branca brasileira. “Nesse caso, há várias

⁶ Depoimento oral concedido por, Marcos Norberto Almeida, Quilombo Cafundó, símbolo de resistência e coordenador do Cafundó – 10/09/2013.

estratégias, que vão da exploração à supressão ou à tentativa de supressão das diferenças, seja no plano político-econômico, seja no plano sócio-cultural” (RAFFESTIN, 1993, p. 132).

Segundo Bernardo Mançano Fernandes;

O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o empate. Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. (FERNANDES, 2004, p. 26).

A partir de 1966 e lendo esta citação de Fernandes, ficou mais evidente a disputa territorial e o conflito pela terra do Cafundó, que se caracterizou por grilagens sistemáticas e dos assassinatos ocorridos nesse tempo. Os sujeitos do conflito pela terra vão mostrando suas faces e, neste sentido, as intimidações, pressões e violências, psicológica ou física, por parte dos latifundiários e outros interessados. Destaca-se o assassinato do Benedito Norberto Rosa de Almeida, ocorrido no ano de 1966. A disputa territorial por terra e território no Quilombo Cafundó, é motivada “pelos diferentes modelos de desenvolvimento do campo brasileiro” (ROCHA, 2013, p. 440), que se divide em um modelo capitalista e não capitalista de produção de alimentos.

Desta forma, a disputa territorial no Cafundó chegou a tal situação que “o assassinato de Benedito Norberto Rosa de Almeida, foi planejado por Francisco Ortiz, um dos usurpadores das terras em questão” (RELATÓRIO TÉCNICO CIENTÍFICO, 1999, p. 33). Almeida foi morto por Benedito de Souza, a mando de Ortiz. Sendo assim, o conflito e violência se apresentam como uma expressão de intimidação para continuar a grilagem sistemática na área. Doze anos mais tarde, em 18 de julho de 1978, Souza foi morto, “por Noel, Adauto e Marcos, quando, sob as ordens do Fazendeiro Faud Marum, tentava cercar com arame farpado um pedaço de terra da comunidade, cuja disputa corria já há algum tempo” (VOG; FRY, 1996, p. 115).

Tal fato reafirma que a disputa territorial e violência que os quilombolas do Cafundó passaram e passam é uma manifestação característica do conflito pelas terras em questão. Nesse processo da grilagem e da disputa por terra, tal território atualmente é dividido em quatro áreas, como já foi frisado e cada uma das áreas com suas especificidades e suas territorialidades.

Tomando como referência Paul Little (2002), temos a definição de territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território”:

O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território

de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado. (LITTLE, 2002, p. 20).

Nessas condições, a territorialidade é um processo dinâmico em construção de um território, de forma coletiva, com objetivo social, ambiental ou étnico como no Cafundó. Nas áreas B e C aquelas em que eram maiores as concentrações de vegetação atualmente estão cobertas por pastagens naturais ou artificiais: as áreas B e C estão ocupadas majoritariamente por pasto e algumas cabeças de gado; no caso da área B, especificamente, existe uma Área de Preservação Permanente – APP.

Os Quadros representam as categorias das classes de declividade nas Áreas B e C; bem como a Foto 3 indica a APP, e as Fotos 4 e 5 demonstram a exposição do solo pelo intemperismo.

Quadro 2 - Classes de declividades da área B do Quilombo Cafundó

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0%	10,40%	19,39%	11,7%	6,56%	35,7%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

Figura 03 - Área B, Área de Preservação Permanente - APP



Fonte: Trabalho de campo (AUTOR, 2018).

A situação da área B de Preservação Permanente e Reserva Legal em 2014 se configurava desta forma, do total de 45 ha, 12 ha em mata e vegetação típica de várzea em APP, a área não preservada e antropizada é de 4 ha. A área de Reserva legal a ser

recuperada é de 20% do território num total de 6 há e a área total que deverá ser preservada da APP mais RL é de 22 ha.

Quadro 3 - Classes de declividades da área C do Quilombo Cafundó

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0%	3,73%	32,91%	22,75%	15,96%	17,22%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

Figura 04 - Área C, afloramento de arenito – Quilombo Cafundó



Fonte: André L. Gomes. 2018.

Figura 05 - Área C, afloramento despedaçado de arenito – Quilombo Cafundó

Fonte: André L. Gomes. 2018.

O arenito na área C, como demonstra nas fotos acima é chamado de rocha sedimentar e se forma a partir de mudanças ocorridas em outras rochas ao longo de milhões de anos, processo esse chamado de intemperismos: “conjunto de processos mecânicos, químicos e biológicos que ocasionam a desintegração e decomposição das rochas” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 354). A ação causada pela água das chuvas, água dos rios e ondas do mar, mostram que “os arenitos têm geralmente a cor clara, podendo, no entanto, aparecer amarelados ou avermelhados quando o cimento é ferruginoso ou quando sofre o efeito da laterização” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 56). Nesta região que se encontra o arenito na área C, não tem possibilidade de uso agrícola.

No dia 15 de novembro de 2008, cerca de 110 quilombolas do Cafundó ocuparam a área C no intuito da reterritorialização da área, dos 110 quilombolas na ação 100 eram mulheres. De acordo com Marcos Norberto, liderança do Cafundó, “no passado, todas às áreas do entorno pertenciam aos nossos ancestrais e foram tomadas pelos fazendeiros. E estamos na área que é nosso por direitos” (entrevista, 10/03/2015). A reterritorialização é pela legitimação do uso e da posse da terra e/ou do território, dos grupos étnicos e rurais tradicionais e sociais, sejam eles indígenas, quilombolas, extrativistas, pescueiros, agrícolas, de fundo de pasto etc. (SANTOS, 2011, p. 1).

No contexto da territorialização e reterritorialização desta área, as famílias tiveram ameaças da fazendeira Maria Soares em 18/11/2008. Segundo Elis Regina Sallas, moradora e integrante da associação do Quilombo Cafundó, “a fazendeira tinha pedido para o caseiro ficar andando a pé e de cavalo armado perto das barracas da ocupação, ele olhava com uma cara feia e nós ficamos olhando nele de cima para baixo, pra ver qual seria a reação dele⁷”. Na fala de Elis sobre a estratégia da fazendeira de intimidar e ameaçar as famílias que estavam na ocupação, fica evidente que a disputa territorial é um fato que envolve não só o enfrentamento jurídico, mas a intimidação e ameaça pessoal.

A área *D* atualmente é coberta por eucaliptos⁸ e um porto de areia⁹, fenômeno muito comum na paisagem da região de Sorocaba. Podemos observar que a monocultura de eucalipto e o porto de areia trouxeram problemas graves para a biodiversidade existente no território étnico do Cafundó. Os conflitos nessa área são fatos concretos e frequentes devido às estratégias usadas pelos espoliadores das terras na disputa territorial, que ocorre por causa das diferenças de desenvolvimento territorial no campo, diferenças não respeitadas pelo desenvolvimento capitalista e desigual do Brasil.

A área *D* estava irregularmente sob o domínio do latifundiário Pedro Antônio de Paiva Latorre. Foi uma desapropriação pelo INCRA (19/07/2011), que se encontra com pouca ou nenhuma condição de uso, porque estará totalmente degradada ambientalmente, devido ao eucalipto e ao porto de areia que existem lá. Esses dois elementos de degradação acabaram por trazer consequências tanto para os quilombolas do Cafundó quanto para a biodiversidade do local, já que as principais nascentes de água que abasteciam as famílias do Quilombo Cafundó estão secando. “O repasse do dinheiro da mineradora está sendo feito à Associação do Cafundó e não mais para Latorre” (Depoimento oral concedido por, Marcos Norberto Almeida, Quilombo do Cafundó, símbolo de resistência e coordenador da associação do Cafundó – 10/09/2013).

A disputa pela área *D* chegou a tal situação que Pedro Antônio de Paiva Latorre e sua companheira Neusa Maria Grandino Latorre entraram com um mandado de segurança, publicado em “27 de abril de 2010, contra o decreto do Presidente da República de 20 de novembro de 2009. Nesse Decreto, as áreas foram declaradas de interesse social, para fins de desapropriação para titulação¹⁰. Segundo Latorre, “a utilização da área *D* é para

⁷ Depoimento oral concedido por, Elis Regina Sallas, Quilombo Cafundó, moradora e integrante da coordenação da associação do Cafundó – 10/07/2015.

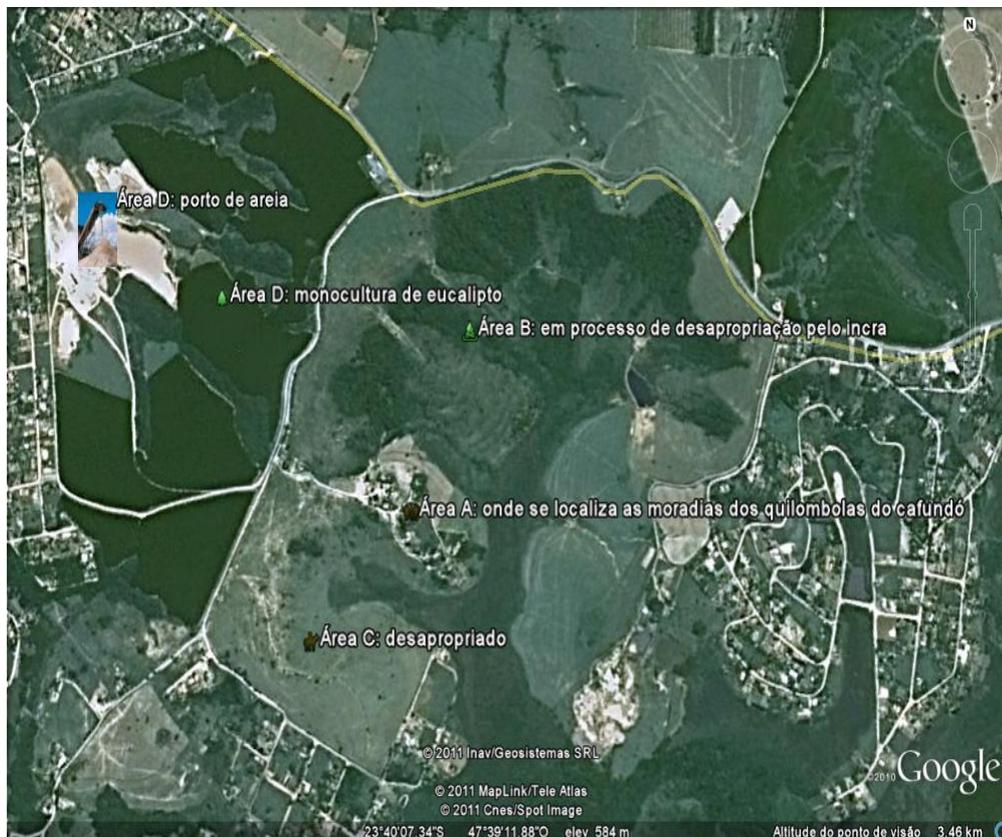
⁸ O eucalipto cortado vai para empresa Suzano Papel e Celulose.

⁹ A extração da areia no Quilombo Cafundó é feita pela Mineradora Ouro Branco, com a finalidade de fazer cimento, todo a areia extraída do território vai para empresa Votorantim Cimento.

¹⁰ **JUSBRASIL**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9058237/mandado-de-seguranca-ms-28675-df-stf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

finalidades econômicas de infraestrutura de telecomunicação, reflorestamento e extração de areia¹¹. (Imagem 1).

Figura 06 - Configuração atual no território do Quilombo Cafundó



Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em Google Earth. 2018.

Na visão dos empreendedores, as terras de uso comum se colocam como obstáculos ao desenvolvimento do agronegócio, como cita Almeida:

Terras indígenas, terras de quilombos, faxinais, fundos de pasto, áreas de extrativismo das quebradeiras de coco babaçu e de castanheiros, segundo os interesses ruralistas, vêm dificultando a reestruturação formal do mercado de terras, deixando imensas extensões fora dos circuitos mercantis de troca. As agroestratégias visam a remover tais obstáculos e incentivar as possibilidades de compra e venda, ampliando as terras disponíveis aos empreendimentos vinculados aos agronegócios. (ALMEIDA, 2010, p. 111)

Outra transformação territorial no Cafundó foi à extração de calcário e seu transporte pelo porto indicado na área D (Imagem 1). Esse método de exploração dos recursos naturais “é o mais econômico e usado no município e no Quilombo Cafundó¹²”. O calcário

¹¹ **JUSBRASIL**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9058237/mandado-de-seguranca-ms-28675-df-stf>>. Acesso em: 11 dez. 2018.

¹² Notícia fornecida pelo jornal Folha de Salto de Pirapora, dezembro de 1993, na Biblioteca Municipal de Salto de Pirapora, em setembro de 2016.

extraído da área *D* vai para empresa Votorantim Cimento. Também na afirmação: “O calcário é uma rocha sedimentar e preliminarmente deve-se destacar a sua utilização na produção de cimento, pedra de construção, cal, na calcificação dos solos para diminuir a acidez” (GUERRA; GUERRA, 2011, p. 102 1 103) e etc. O Quadro 4 a seguir representa as categorias das classes de declividade da área *D*, esta área é a única que apresenta uma porcentagem de 0,03% de declividade plana.

Quadro 4 - Classes de declividades da área *D* do Quilombo Cafundó

Plano	Suave ondulado	Moderadamente ondulado	Ondulado	Forte ondulado	APP, não agrícola com grande passivo ambiental
0,03%	8,46%	30,08%	21,22%	8,27%	30,1%

Fonte: Elaboração própria: (AUTOR), com base em INCRA – SP, 2018.

Segundo o relato de um dos quilombolas, a área *D* foi um dos símbolos da resistência do Quilombo, devido à produção de alimentos, frutas e oração para os orixás. Por tanto, os efeitos socioambientais vão se espacializando, acompanhando a progressão das complexidades dos fatos observados nessa disputa territorial. Como relata Marcos Norberto¹³, “a disputa pela terra sempre existiu, mas de uns tempos para cá as investidas das instituições privadas e estatais só vêm aumentando, às vezes com a conivência de organizações não governamentais (ONGs)”. Ou ainda:

A área *D* antes era de uma biodiversidade concreta, mas principalmente depois de 2004 a biodiversidade do território foi-se desterritorializando ano a ano e, antes dos eucaliptos e do porto de areia, a área era usada por nós para fazer roças, mas também como reserva natural, donde retiravam lenha e frutas como indaiá, gabiroba, tapicuru e etc., além de utilizarem as nascentes de água. (SILVA, 2011, p. 28).

Outra questão apontada pelos quilombolas é o das nascentes de água, que segundo Marcos: “o motivo das nascentes secarem e outras em processo de secar, foram os eucaliptos, porque antes de ter os eucaliptos corria água normal nas nascentes das áreas *A*, *B* e *C*” (entrevista, 10/09/2010).

Também podemos nos referir à mudança na paisagem¹⁴ do Quilombo Cafundó, entre os anos de 2000 e 2010 frutos da política governamental. Segundo Autor, “os territórios étnicos viraram um comércio de negócios – um grande negócio para organizações que se apropriam dos valores históricos, culturais e dos recursos naturais dessas comunidades tradicionais” (SILVA, 2011, p. 61).

¹³ Depoimento oral concedido por, Marcos Norberto Almeida, Quilombo Cafundó– 10/09/2013.

¹⁴ O conceito de paisagem foi desenvolvido pelos geógrafos alemães desde meados do final do século XIX, como sendo um objeto concreto, perfeitamente observável, que mantém uma visão de unicidade e conjunto dos elementos e fatores que envolvem o meio natural (NUNES, 2008, p. 10).

Atualmente, os quilombolas do Cafundó usam o território para fazer roças esporadicamente e visam apenas à produção para o consumo, ou seja, não entram em nenhum processo de comercialização, o que dificulta a geração de rendas que lhes poderia garantir autonomia financeira mínima para fazer a próxima safra. Desta forma, os quilombolas do Cafundó têm necessitado de algum tipo de auxílio externo, por exemplo: da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), ITESP e outras entidades, para o auxílio de compra de sementes e insumos agrícolas etc.

Quase todas as famílias criam galinhas em suas terras. As áreas *A* e *C* têm na sua totalidade solo de tipo arenoso propício apenas para o plantio de alguns gêneros, tais como mandioca e amendoim. Para a produção de outros gêneros alimentícios seria necessários investimentos que fogem às posses das famílias.

Na área *C*, “uma área com declividade que passou por um processo de erosão pluvial e de lixiviação” (MIKLOS; GOMES, 2014, p. 40), apresenta solo exposto e sem condições de plantar quaisquer tipos de cultivo e no momento está sendo usada para pecuária, mas os quilombolas do Cafundó estão desenvolvendo um projeto de recuperação de algumas partes da área, para produzir alimentos diversos sem agrotóxicos.

Já as terras das áreas *B* e *D* são formadas, predominantemente, por terras mais férteis – e, portanto, apropriadas para tipos de culturas agrícolas, mas como a área *B*, está em processo de desapropriação, não estão acessíveis às famílias do Cafundó. É importante relatar que as culturas agrícolas e as formas de produção tradicionais na dinâmica do território do Cafundó são arroz, feijão, milho, batata-doce, mandioca, amendoim, cebola e alho.

Devido a não desapropriação da área *B* até o momento, quase todos os quilombolas do Cafundó migram procurando trabalho como empregados fixos ou diaristas, sendo as principais atividades as de pedreiro, jardineiro, caseiro de chácaras e cortadores de eucaliptos. Alguns, no processo de disputa por terras por conta da maior exposição à mídia e envolvimento em processos judiciais, relatam encontrar grande dificuldade para conseguir trabalhos, fato que eles atribuem a uma espécie de punição por terem “ousado tentar reverter” as espoliações ocorridas nas suas terras.

No contexto da dinâmica da construção da territorialidade do território étnico do Quilombo Cafundó, houve algumas vendas de lotes sem documentos por ex-quilombolas, embora os quilombolas do Cafundó desaprovem tais vendas. A proposta do INCRA - SP é que os lotes de posse fossem regularizados, ficando fora do perímetro do território titulado do Cafundó, tal proposta, porém foi negada pelos quilombolas. Segundo representante da comunidade:

Porque poderia trazer consequência como em outras situações ocorridas aqui no Cafundó, por exemplo; a venda de terra a terceiros pelo receio de que futuros compradores possam trazer problemas para nós, tal como o desrespeito aos limites das suas terras, como ocorrido em décadas passadas que houve até mortes. (SILVA, 2011, p. 31).

A luta pela terra e a construção da identidade nesses territórios levam em conta a disputa territorial e política entre grupos conservadores, movimentos sociais e o Estado, no sentido de criar novos espaços de enfrentamento. Como afirma Almeida (2010, p. 3): “O território incorpora a identidade étnica”, o que também fortalece as lutas pelo espaço ou território de resistência. De acordo com Neusa Maria Mendes Gusmão:

A história oficial e a ideologia que lhe é própria não mostram a presença negra na terra, posto que foi assumida apenas enquanto força de trabalho escravizada e, depois, livre. Disso resultam concepções enganosas e pré-noções tanto a respeito do modo de vida rural, quanto do negro, de modo geral, tornando invisível a existência de uma questão camponesa e negra. (GUSMÃO, 1995, p. 12)

O processo de construção da identidade quilombola é contribuição cultural, material e imaterial para o estudo e o entendimento do processo dinâmico da construção do território no Quilombo Cafundó. A organicidade dos territórios não se restringe somente ao campo de entendimento da afirmação da identidade, mas apresenta-se também como instrumento de compreensão do movimento de etnicidade¹⁵ e da luta pelo direito territorial, que visa à ação política transformadora contrária à “lógica capitalista” no uso e apropriação da terra. Assim sendo, a luta pelo território étnico é uma das estratégias utilizadas por estes grupos e que garante a existência desses como quilombola.

Considerações finais

A pesquisa teve como objetivo geral estudar a relação entre conflitualidade territorial e a estrutural agrária, com base em um estudo de caso do Quilombo Cafundó, que sofreu um processo de desterritorialização, reterritorialização e está sendo impensado na medida em que se territorializam as empresas e seu monocultivo, sendo o de eucalipto. A territorialização do eucalipto e do porto de áreas acabou por impor a lógica de dominação territorial associada à agroindústria, utilizando as terras e seus bens nesta lógica de desenvolvimento desigual e excludente das famílias quilombolas do território.

¹⁵ A etnicidade, então, refere-se aos grupos, ou mais exatamente aos povos, que são nações potenciais, situadas em um estágio preliminar da formação da consciência nacional. Neste estágio, a solidariedade étnica manifesta-se no confronto com elementos estrangeiros e origina-se na xenofobia, sem por isso constituir uma pertença consciente de si própria e dotada de uma significação positiva. (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998, p. 45)

As Territorialidades diferenciadas sobre um mesmo território geram conflitos territoriais, gerado pelo sistema ordenado e dominador do Estado brasileiro e pelas particularidades do sistema capitalista de dominação. A relação entre quilombo, estrutura agrária e conflito territorial, nos possibilitou analisar a situação no Cafundó, a partir do levantamento e análise do contexto do mesmo, envolvendo a disponibilidade, o acesso, a estabilidade e o uso do recurso natural.

Geograficamente, o tema da estrutura agrária, quilombo e conflito territorial, na América Latina, no Brasil que representam um dos principais países produtores e exportadores de alimentos do espaço mundial, que possuem uma enorme riqueza natural - e a agricultura familiar e ancestral é fundamental para a segurança alimentar da população, se tivessem políticas públicas sérias pelas quantidades produzidas de alimentos nesse país daria para satisfazer as necessidades de todas as famílias, mas a falta de políticas sérias e investimentos para que estas comunidades negras rurais possam desenvolver suas produções tradicionais de forma ampla e socializadas entre todos e todas, são lentas, devido o Estado brasileiro incentivar com mais verbas os agronegócios, como cana, soja, eucalipto e etc.

No caso de estudo, a presença do Estado atua como determinantes na situação do território, seja através das restrições, seja através dos incentivos e concessões à territorialização da iniciativa privada, ou ainda pela morosidade no processo de regularização do território quilombola, que afetam o acesso e a qualidade ao alimento, repercutindo nas práticas alimentares nas dimensões material e imaterial (PASINI, 2014). Ainda assim, podemos identificar um caminho no sentido de afirmar uma soberania através da persistência das práticas produtivas alimentares, da persistência de referências tradicionais na cultura alimentar, do tensionamento territorial e da retomada de área ocupada pela empresa produtora de eucalipto – e do porto de areia, para fins de produção de alimento. Claramente, este processo é permeado por contradições e conflitos, tendo em vista que a realidade da comunidade e de seus moradores é constitutiva da sociedade como totalidade históricogeográfica, expressando particularidades e recorrências desse todo (PASINI, 2014).

Entendemos que nossas reflexões acerca do Quilombo Cafundó, reafirmam a necessidade de repensarmos a estrutura agrária da América Latina diante de um quadro crescente de desterritorialização dos povos, seus territórios, bens naturais e suas práticas alimentares (PASINI, 2014). Sendo assim, ainda percebendo os diversos caminhos abertos pela pesquisa realizada no Quilombo e a necessidade de análises mais detalhadas em futuras pesquisas, esperamos que possa somar e contribuir com elementos e conteúdos interdisciplinares para um entendimento concreto das “atuais” categorias étnicas, sociais e da estrutura agrária das conflitualidades no campo no Brasil, onde as comunidades negras

rurais lutaram e lutam para ter uma parcela do que permaneceu da grilagem sistemática dos seus territórios e recursos naturais.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Capitalismo globalizado e recurso territorial: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ACHINTE, Adolfo Albán. Racialización, **violência epistêmica, colonialidad linguística y re-existencia em el proyecto moderno-colonial**. In: ROSERO-LABBÉ, Claudia Mosquera et al. (Org.). Debates sobre ciudadanía y políticas raciales en las América Negras. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia e Universidad del Vall, 2010.

BASSO, Pietro. **Razze schiave e razze signore: vecchi e nuovi razzismi**. Milano: Franca Angeli, 2000.

FERNADES, Bernardo Mançano. **Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Bernardo_QA.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2019.

GUERRA, Antônio Teixeira; GUERRA, Antônio José Teixeira. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2011.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. **Terra de pretos, terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1995.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Brasília: UNB, 2002. (Série Antropológica, 322). Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/dan/serie_antro.htm>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MIKLOS, Andreas Attila de Wolinsk; GOMES, André Luís. Do natural ao social: meio físico, uso do (sub)solo e transformação da paisagem na comunidade remanescente de quilombo Cafundó (Salto de Pirapora-SP). In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE). **Disciplina de pedologia, sobre o solo do Quilombo Cafundó**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Attila/2s2015/aulas/aula_4/anexos/Aula_Andre_Pedologia_Programa_Aperfeicoamento_Ensino_PG_DG_USP.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

OLIVEIRA, João Bertoldo de. Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico. **Boletim Científico**, Campinas, v. 45, p. 45-112, 1999. Disponível em: <<http://www.iac.sp.gov.br/publicacoes/porassunto/solos.php>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociale (CLACSO)**. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acessado em 25 de fev. de 2019.

PASINI, Isabela Leão Ponce. **Conflito territorial e soberania alimentar: um estudo de caso na comunidade Quilombola Angelim I, no Sapê do Norte – ES**. Dissertação

apresentada à Universidade Federal de Viçosa - MG, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, 2014.

ROCHA, Herivelto Fernandes. Disputa territorial, conceitualização e atualidade da reforma agrária no Brasil. **GeoGraphos**, Alicante, v. 4 , n. 50, p. 440-472, 28 marzo 2013. Disponível em: <<http://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/herivelto-fernandes.pdf?noCache=1364503807774>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio**: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Diana Anunciação. Território e identidade: o caso da comunidade remanescente de quilombo Velame. In: . **XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciência Sociais**, Salvador, 2011. p. 1-16. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1307108533_ARQUIVO_Artigo_final_CONLAB_DianaAnunciacao.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2018.

SILVA, Lucas Bento da. **A construção da identidade e do território no Quilombo Cafundó**. 2011. Monografia apresentada para aprovação do Curso em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente – SP, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

VOGT, Carlos, FRY, Peter. **A África no Brasil**: Linguagem e sociedade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Sobre os autores

Lucas Bento da Silva – Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Rio Claro. Atualmente é doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0003-0981-8987>

Marcelo Rodrigues Mendonça – Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Atualmente é professor da Universidade Federal de Goiás (UFG). **OrcID** - <https://orcid.org/0000-0002-2790-9391>

Como citar este artigo

SILVA, Lucas Bento da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Estrutura agrária e a dinâmica da disputa territorial no Quilombo Cafundó –SP – Brasil. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 91-110, set.-dez., 2020.

Declaração de Contribuição Individual

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos (as) autores (as). As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O autor **Lucas Bento da silva** ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual; o segundo autor **Marcelo Rodrigues Mendonça**, pela aquisição de dados e sua interpretação e análise.

Recebido para publicação em 08 de agosto de 2019.

Devolvido para a revisão em 11 de março de 2020.

Aceito para a publicação em 09 de abril de 2020.
